



**II CONEDU**  
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

**HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E LIVRO DIDÁTICO:  
IDEOLOGIA E MEMÓRIA NA OBRA *COMPÊNDIO DE  
INSTRUÇÃO MORAL E CÍVICA* DE PLÍNIO SALGADO (1965)**

Fernanda de Paula Gomides;

(Universidade Federal da Paraíba, e-mail: fernanda.gomides@hotmail.com).

**Resumo**

Durante o Regime Militar brasileiro, a disciplina de Educação Moral e Cívica (EMC) se tornou obrigatória em todos os níveis da educação nacional. No entanto, antes dessa obrigatoriedade ser implantada em 1969, o tema de inserção dessa disciplina já estava sendo refletida e esquematizada. Seus livros didáticos, por sua vez, absorveram preceitos e conteúdos ideológicos condizentes com os interesses do regime e da pedagogia planejada para a educação brasileira, isto é, uma pedagogia tecnicista. Mesmo que a disciplina não tenha sido criada durante o governo militar, esta obteve características próprias do contexto ditatorial logo após o Golpe de 1964. Para esclarecer essa conjuntura, o presente trabalho busca analisar o corpo ideológico e as memórias construídas na obra de Plínio Salgado de 1965, denominada de *Compêndio de Instrução Moral e Cívica*, a partir de seus conteúdos, imagens e materialidade. Desse modo, almejamos destacar a importância de se pesquisar a História da Educação a partir dos livros didáticos.

**Palavras-chave:** Livro didático, Educação Moral e Cívica, Memória, Ideologia, Regime Militar brasileiro.



# II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

## Introdução

Esse trabalho é fruto das pesquisas, leituras e aprendizados obtidos durante o Mestrado Acadêmico na linha de História da Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A partir da análise de livros didáticos de Educação Moral e Cívica (EMC) utilizados durante o Regime Militar brasileiro, buscamos apreender, na pesquisa dissertativa, as representações de Cidadania presentes nesses materiais.

Concordamos que a legitimidade do livro didático como fonte de pesquisa já se amplia para diversos debates na área da educação. Segundo os autores Reis e Prado (2012, p. 279), a partir das décadas de 1980 e 1990, “com o desenvolvimento da História cultural, a História da Educação voltou sua atenção para o interior da escola, neste caso, especificamente, tratar-se-á sobre o manuseio e os conteúdos dos livros didáticos”. Essa mudança propiciou a formação de novas investigações, novos objetos de estudo e problematizações. Choppin (2009, p. 15) também nos esclarece e reafirma que: “As obras, as quais os pesquisadores concordam que têm um estatuto pouco ou muito escolar, só recentemente têm sido percebido pelos contemporâneos como fazendo parte de um conjunto coerente”.

Baseando-nos nesse tipo de fontes históricas, também assimilamos a fundamentação de Lajolo e Zilberman (1996, p. 121). Para as autoras, o livro didático é:

[...] uma poderosa fonte de conhecimento da história de uma nação, que, por intermédio de sua trajetória de publicações e leituras, dá a entender que rumos seus governantes escolheram para a educação, desenvolvimento e capacitação intelectual e profissional dos habitantes de um país.

A elucidação das autoras nos ilustra a importância dos livros didáticos para esta pesquisa, tendo em vista as diversas possibilidades que essas fontes proporcionam para análise, como: o surgimento e objetivos da disciplina de EMC, a absorção de um caráter



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ideológico em seus conteúdos, a pedagogia utilizada no período, as intenções do governo com a utilização desses materiais, entre outros aspectos. Como afirmado, a importância do livro didático no âmbito escolar não se limita à prática didática, mas se amplia para diversos panoramas, inclusive para o entendimento das memórias construídas nessas fontes.

Desse modo, o presente trabalho objetiva analisar a obra de Plínio Salgado de 1964, denominada *Compêndio de Instrução Moral e Cívica*, para apreendermos a ideologia e a formação de memórias presentes nessa obra antes mesmo da obrigatoriedade da disciplina, ocorrida em 1969 – a partir do Decreto-Lei nº 869.

### **Metodologia**

A escolha da fonte para esse trabalho se deu por três motivos principais: 1) A obra é datada de 1965 – antes da obrigatoriedade da disciplina de EMC – o que colabora para elucidarmos que a inserção obrigatória já vinha sendo pensada pelo regime antes de 1969; 2) O autor da obra foi um personagem político atuante na história brasileira: líder da Ação Integralista no Brasil, adepto ao Golpe Civil-Militar e defensor do regime ditatorial brasileiro, compactuado com a ideologia da ditadura. 3) Nas pesquisas feitas em diversos sebos, bibliotecas e acervos, essa obra foi a única encontrada desse período inicial ao regime.

Para o estudo da obra, faremos duas análises principais: 1) descrever a materialidade do livro; 2) analisar parte dos conteúdos ideológicos e formadores de memórias a partir da discussão dialógica entre autores e a fonte histórica.

### **Resultados e discussão**

O livro *Compêndio de Instrução Moral e Cívica* de Plínio Salgado é da Editora Coleção F.T.D.<sup>1</sup>, do ano de 1965 (sua primeira edição). O livro é direcionado para o ensino fundamental II (5ª a 8ª série, na nomenclatura do período estudado).

---

<sup>1</sup> A editora foi criada a partir da relação com a Congregação Marista. As iniciais, F.T.D, são uma homenagem ao Frère Théophane Durand, Superior Geral da Congregação Marista entre os anos de 1883 e 1907. Isso já reafirma o aporte religioso da obra.



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Materialmente, o livro *Compêndio de Instrução Moral e Cívica*, de 1965, apresenta 150 páginas, mede 21,00cm x 13,50cm e é caracterizado pela extensão da parte escrita dos capítulos, tendo o mínimo de imagem, ilustrações, cores e exercícios. Essa característica não foi formulada na década de 1960, mas se portou como uma continuidade. Antes da segunda metade do século XIX, o foco na elaboração dos livros didáticos era o professor e não o estudante. Isso foi se modificando com o percorrer do tempo, mas apenas durante os anos de 1960 que os materiais didáticos vão tomar novas formas, sobretudo, com a maior democratização do ensino, com a nova consciência do estudante como ator social principal da educação e com maior preocupação editorial e comercial. Desse modo, os livros da década de 1960 ainda não haviam absorvido tais mudanças de forma unânime.

Quanto à obra analisada, esta tem capa dura (Imagem 1), uma flor branca discreta no centro, fundo cinza com listras verde, amarela e branca. Suas páginas são amareladas e as pontas da capa maltratadas devido à ação do tempo. Sua materialidade demonstra organização, sistematização, seriedade e não passa a impressão de um livro didático infantil, mas uma obra que deve ser considerada importante para estudo – caráter compatível ao contexto e ao tipo de livro, isto é, um “compêndio”<sup>2</sup>.

O material está dividido em três partes. O índice se apresenta ao final do livro e aborda o tema correspondente a cada módulo: o primeiro se refere ao tema “Fundamentos Morais”, com 10 capítulos; o segundo, “Interpretação da História”, com 8 capítulos; e o terceiro módulo, intitulada “Formação do Espírito Cívico”, com 6 capítulos.

Os capítulos são formados pelo mesmo padrão: no início de cada um deles, há uma imagem, na verdade, um desenho com traços bem definidos em sépia, sem muitas cores, apenas representando o assunto que cada capítulo vai tratar. Em seguida, há a especificação de qual capítulo se refere; o título; um pequeno resumo; o corpo do texto; e, por fim, um questionário pequeno – esse último composto por questões que facilmente são encontradas na parte textual e no resumo.

---

<sup>2</sup> Segundo Choppin (2009), a partir do progresso da ciência e da necessidade de vulgarizar o conhecimento na segunda metade do século XVIII, e mais intensamente no século XIX, houve a preocupação em formular “compêndios”, que traziam conhecimentos científicos resumidos para os livros escolares.



# II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

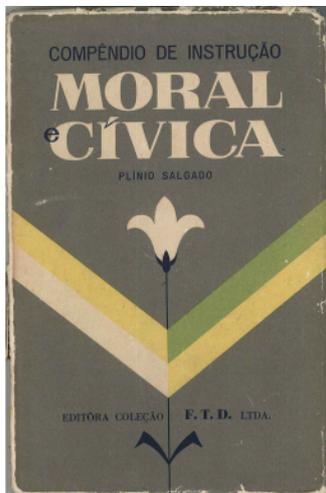


Imagem 1: Capa do livro. Fonte: acervo pessoal da autora

Quanto ao conteúdo do livro, este se caracteriza por sua natureza conservadora. Por ter sido publicado antes do Decreto-Lei nº 869 de 1969, logo após o Golpe Civil-Militar, ele acaba por orientar as diretrizes e conteúdos para a obrigatoriedade da disciplina no país, em especial, pelo histórico e importância nacional do autor. As principais características do livro são consonantes com os pressupostos da disciplina:

[...] os pressupostos da moral conservadora e do civismo religioso, agregados aos valores da Doutrina de Segurança Nacional portados pelo “regime militar”, passaram a compor os conteúdos escolares garantidores dos “objetivos nacionais permanentes” dos vencedores de 1964. (VAIDERGORN, 2008, p. 407).

Civismo, nacionalismo exacerbado, fundamentalismo religioso e ideológico marcaram essa disciplina e a fonte desta pesquisa. Lembramos ainda que a disciplina não foi criada durante o Regime Militar:

Na realidade, trata-se de uma *reintrodução*, pois a cadeira de “Instrução Moral e Cívica” foi instituída em 1925, pela reforma Rocha Vaz, justamente como forma de combater o protesto estudantil contra o Governo de Arthur Bernardes. Foi reforçada durante o Estado Novo



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

e, com a Constituição de 1946, teve seu caráter de obrigatoriedade revogado. (GERMANO, 1994, p. 134).

Percebemos a importância que as disciplinas escolares podem ter na educação, na construção da cidadania, na propagação de ideologia e na formação de uma memória. Nas palavras de Chervel (1990, p. 180), uma disciplina é “um modo de disciplinar o espírito, quer dizer de lhe dar os métodos e as regras para abordar os diferentes domínios do pensamento, do conhecimento e da arte”. Esse caráter “disciplinar” pode ser tanto crítico, quanto ideológico e obter diversas relações com a política, contexto histórico e objetivos educacionais. Para Althusser (2001) – ao buscarmos uma definição concisa de “ideologia” – o autor afirma que esta é um sistema de ideias e representações, que objetivam, por sua vez, dominar o espírito de um indivíduo ou de um grupo social. Algo condizente com o objetivo da ditadura.

A disciplina de EMC também fora marcada pelo contexto educacional do período. Segundo Germano (1994, p. 32), as políticas educacionais, por exemplo, visavam “assegurar a dominação política existente, a manutenção do processo de acumulação de capital e, por vezes, afastar focos de tensão e de conflito, para obter a hegemonia”. Dessa forma, “trata-se de um adestramento, minimizando a capacidade de pensar, pois não havia lugar para a cultura humanística e para a cidadania, embora o regime ditatorial fizesse constantes declarações de amor à democracia” (GERMANO, 2008, p. 329).

Essas características se relacionam com a pedagogia tecnicista planejada e praticada pelos militares. A educação se tornou, de forma mais intensa nesse período, um instrumento capitalista de formação para mão de obra. Segundo Saviani (2011, p. 383):

[...] a pedagogia tecnicista, ao ensaiar transpor para a escola a forma de funcionamento do sistema fabril, perdeu de vista a especificidade da educação, ignorando que a articulação entre escola e processo produtivo se dá de modo indireto e por meio de complexas mediações.



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A partir dessa concepção pedagógica que valorizava a racionalização, diversas modificações, leis e ações foram desenvolvidas, afetando, inclusive, os materiais didáticos.

Contudo, é válido reafirmar que o tema de EMC ganhou visibilidade logo do período inicial do regime. Fruto do II Encontro dos Representantes dos Conselhos Estaduais de Educação, o Parecer nº 117, de 30 de abril foi publicado e já trazia para debate o ensino de EMC nos estabelecimentos de ensino médio, por exemplo. Segundo a lei:

O momento atual, do Brasil e do mundo, está a exigir, efetivamente, maior atenção para a formação da consciência dos adolescentes, quanto ao exercício dos seus deveres morais e cívicos. Trata-se do que há de mais essencial e básico na educação integral do homem. (BRASIL, 1964, p. 15).

A importância dada à implantação de EMC não se dava apenas na formação de cidadãos, mas na consciência desses indivíduos sobre concepções atreladas aos interesses do regime: combate ao comunismo, patriotismo, consciência sobre deveres, virtudes cristãs, entre outros.

Quanto à análise da obra, há já no início da obra um prólogo escrito pelo autor em forma de poema, ressaltando o papel da juventude para a sociedade. Além de considerar a juventude “o penhor mais sagrado da Pátria” (SALGADO, 1965, p. 5), o autor afirma que “Juventude sem ideal é Pátria sem continuidade, sem memória para recordar as glórias do passado, sem força para realizar a grandeza nacional em luminoso porvir” (SALGADO, 1965, p. 5). A juventude, foco da obra, deve compreender seus deveres com a pátria e a nação.

Percebemos também a preocupação com a memória desses jovens e compreendemos que esta deveria se relacionar a um passado glorioso da nação, de grandes homens e fatos importantes para a pátria, ou seja, uma memória construída de cima para baixo, a partir de uma história oficial – algo condizente com o período e sua historiografia. Como bem pontuado por Nora (1993), o livro também obtém uma função



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

de “lugar de memória”, que forma e constrói memórias dos estudantes – uma memória patriótica, saudosista e dos “vencedores de 1964”.

No Capítulo I, denominado “Alegria e tristeza”, o autor aborda uma questão a ser assinalada no presente trabalho. Segundo Salgado (1965, p. 9):

Em qualquer condição de fortuna ou de trabalho, o homem será feliz, se criar dentro de si a paz de consciência. A paz de consciência será conseguida pelo cumprimento dos deveres a que o homem se obriga pela sua racionalidade e seu destino.

O autor busca demonstrar que a fortuna e o trabalho são parte do destino de cada pessoa. Nessa concepção, as desigualdades sociais não devem ser questionadas. A inveja, como o próprio autor define, não deve ser incorporada. O trabalho deve fazer do cidadão um indivíduo feliz, pois esse é o seu destino. Segundo Faria (1991, p. 69), em sua obra *Ideologia no livro didático*<sup>3</sup>, “as classes sociais são camufladas, a exploração do trabalho ocultada”.

Já no Capítulo III, “As diversas ordens de deveres”, o autor enumera cada um dos “Deveres do Homem” e disserta sobre eles. O desenho presente no capítulo (indivíduo trabalhando no campo) representa a noção de deveres e do trabalhador, ou seja, aquele que “semeia” seus deveres na sociedade e em seu círculo de vivência.

O que nos fica elucidado é que os deveres – tão relevantes na obra para a formação do cidadão – apenas se vinculam a preceitos religiosos e nacionalistas

No Capítulo V, “Preparação para o casamento”, a submissão feminina é exaltada. Como tratado por Chartier (2010) – em diálogo com Scott (1996) –, é uma questão de imposição e dominação de gênero. A mulher ganha a representação de submissa, dona do lar, mãe e esposa exemplar que deve colaborar na prática do homem. Assim, como afirma Faria (1991, p. 6), o livro didático se torna um difusor de preconceitos, “a mulher é valorizada enquanto mãe, doméstica, ou bordadeira, costureira, babá”.

---

<sup>3</sup> A autora analisou 35 obras de “Comunicação e Expressão”, “Estudos Sociais” e “Educação Moral e Cívica” que mais foram vendidos em 1977.



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

No que diz respeito ao Capítulo VII, denominado “Preparação para a vida militar”, Salgado (1965) afirma que, para ser soldado, é necessário conhecer a história da pátria e compreender o papel das Forças Armadas. Deve ainda saber cantar o hino nacional, saber o significado da bandeira da nação e ter noções de hierarquia e disciplina. Nas palavras do autor: “O passado militar do Brasil deve estar na memória do recruta, para que esteja disposto a todos os sacrifícios por sua Pátria” (SALGADO, 1965, p. 34). Percebemos o quanto a memória, na formação do cidadão, era de suma importância para o regime. Seja na família, na escola ou no Exército, a memória dos grandes vultos e dos grandes fatos históricos (memória oficial) representava o ideal de cidadão e da prática cidadã ideal para com a nação.

No Capítulo XVIII, denominado de “Fundamentos brasileiros da democracia”, o autor demonstra um breve percurso histórico da democracia e a importância de uma Constituição para um país. Um dos aspectos tratados é a separação e a autonomia entre Legislativo, Executivo e Judiciário. Ora, no período da publicação do livro, o regime já demonstrava desequilíbrio entre os poderes, principalmente quanto à força do Executivo sobre os outros. Tendo em vista que um golpe de Estado nunca se fundamenta na democracia, a dicotomia entre discurso e prática também se fazia presente em temas relacionados à cidadania, preceitos democráticos, entre outros.

Essas dicotomias agiam como mecanismo de ocultar a realidade e reproduzir uma ideologia que favorecesse a classe dominante. Para Faria (1991, p. 70):

A aparente falsidade é justamente a visão idealista burguesa que não apreende a base material e transmite seus interesses de classe como interesses universais (para todos e de sempre), isto é, as relações humanas fetichizadas não são mentirosas, são coisificadas.

Já no Capítulo XX, intitulado como “Exercício de Cidadania”, o único desenho presente é o de três soldados homens e sorridentes, em sépia. Tal imagem nos perpassa a representação vinculada ao cidadão patriota e já expõe o dever para com a pátria. Constrói ainda uma memória entre cidadania, nacionalismo, respeito à nação e à ordem



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

tão almejada na sociedade. Para Gatti Júnior (2005), esse “componente ideológico” era intenso nas produções didáticas e, conseqüentemente, nos conteúdos sobre cidadania e na formação da memória nacional. Como defendido por Fonseca (1999), os livros didáticos são instrumentos para a utilização dessas memórias na formação dos cidadãos e se tornam um dos maiores responsáveis na propagação dos chamados discursos fundadores da nacionalidade e da própria identidade dos indivíduos.

Essa representação patriótica não transparece apenas nos escritos e nos desenhos, mas nos hinos, códigos de ética, letras de músicas e poemas presentes no fim do livro, que marcaram a formação dessa memória e identidade social dos estudantes.

Esses discursos e imagens irão tentar marcar ou domesticar o aluno/leitor, conduzindo-o a uma nova compreensão de si e da realidade e a assumir uma nova identidade. Por fim, Salgado (1965, p. 166) finaliza o Capítulo XX afirmando:

Tudo isto constituiu o conjunto de preceitos e normas para o exercício patriótico da cidadania. É como êsse espírito que podemos dizer: *à Pátria tudo se dá, a ela nada se pede, nem mesmo a compreensão*, ou repetir a frase de Kennedy: *“não me perguntes o que teu País pode fazer por ti, mas sim o que podes fazer pelo teu País”*. (SALGADO, 1965, p. 166).

Essa análise pode ser exemplificada com o pensamento de Rocha (2008, p. 93), em especial, em relação à memória coletiva: “A História, a cultura e a memória de um povo é reconstruída a partir das imagens, vestígios, relíquias, monumentos, artefatos, palavras, símbolos, obras de escultura/arquitetura e documentos”. O livro didático, como um documento cheio de representações, imagens, símbolos, palavras, também se faz um formador de memória. Seja na formação de identidades ou de ideias consagradas na historiografia, de formação de valores ou de cidadania, tais livros agem como um depositário de representações sociais de um tempo e de uma historicidade única que formam a memória.

### **Conclusão**



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Consideramos que o livro de EMC de Plínio Salgado demonstra os mesmos interesses do Regime Militar: a formação de um “bom cidadão” e daquele que sacrifica seu direito em prol dos deveres para com a pátria e a nação em desenvolvimento. O autor embala o leitor nessa representação passiva e ideológica da cidadania, e constrói uma memória patriótica, oficial e legitimadora do regime. Uma memória que ainda hoje está presente no cotidiano nacional.

Mesmo se tratando do início da ditadura, direitos dos cidadãos já estavam sendo violados e amputados. No livro, essa realidade é acobertada por conteúdos legitimadores, ideológicos e muitas vezes antagônicos em relação ao contexto nacional, ou seja, um conflito incessante entre discursos e práticas.

A ideologia foi um instrumento de manipulação na formação do cidadão brasileiro e alcançou a memória dos indivíduos, em especial, uma memória dos “vencedores de 1964”, construída de “cima para baixo” e formulando uma memória coletiva saudosista e oficial.

### Referências:

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de estado**. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

BRASIL. Presidência da República. **Parecer nº 136/64**, de 5 de junho de 1964, do CFE Educação Moral e Cívica. Documento nº 27, Rio de Janeiro, jul. 1964.

CHARTIER, R. **A história ou a leitura do tempo**. [tradução de Cristina Antunes]. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010 (Ensaio Geral).

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, n. 2. Tradução de André Chervel. Porto Alegre: Pannonica, 1990. Disponível em <<http://pt.scribd.com/doc/62595645/Chervel-Andre-Historia-das-disciplinas-escolares#scribd>> Acessado em: 6 jan. 2015.

CHOPPIN, A. O manual escolar: uma falsa evidência histórica. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 13, n. 27 p. 9-75, Jan/Abr 2009. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/asphe/article/viewFile/29026/pdf>> Acessado em: 17 fev. 2015.



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

FARIA, ALG. **Ideologia no livro didático**. 10. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

GERMANO, JW. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 1994, p. 17-298.

GERMANO, JW. O discurso político sobre a educação no Brasil autoritário. **Cad. Cedes**, Campinas: Unicamp, v. 28, n. 76, set./dez., 2008, p. 313-332. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a03v2876.pdf>> Acessado em: 21 mar. 2015.

GATTI JÚNIOR, D. Estado e editoras privadas no Brasil: o papel e o perfil dos editores de livros didáticos (1970-1990). **Cad. Cedes**, Campinas, v. 25, n. 67, p. 365-377, set./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v25n67/a08v2567.pdf>> Acessado em: 13 jun. 2015.

LAJOLO, M. ZILBERMAN, R. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 1996

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Proj. História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>> Acessado em: 7 mai. 2015.

REIS, TF. PRADO, EM. A ditadura militar brasileira em determinados manuais da educação básica. **Revista Intersaberes**, v. 7, n. 14, p. 278-290, ago./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.grupouninter.com.br/intersaberes/index.php/revista/article/viewFile/339/210>> Acessado em: 23 mai. 2015.

SALGADO, P. **Compêndio de Instrução Moral e Cívica**. São Paulo: Ed. Coleção F.T.D., 1965.

SAVIANI, D. **História das Ideias pedagógicas no Brasil**. Campina/SP: Autores Associados, 2011, p. 347-398.

VAIDERGORN, J. Ensino religioso, uma herança do autoritarismo. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 407-411, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a07v2876.pdf>> Acessado em: 13 jan. 2015.